

**Estrutura fundiária e a constituição das unidades produtivas - Particularidades do universo rural
oitocentista mineiro**

Keila Cecília Melo – Mestranda em História UFSJ

keilacmelo@ig.com.br

Mundos do trabalho: Classe, Cultura e Trabalho na História.

Resumo:

No oitocentos, a sobrevivência e o enriquecimento nas zonas agrárias eram determinados, respectivamente, pelo acesso à terra, pela constituição de uma base familiar e pelo auxílio do trabalho compulsório. Nesse sentido, conhecer o funcionamento dos empreendimentos familiares e dos sistemas agrários na região a partir dos conflitos e crises que envolviam o trabalho e a terra, é um dos principais aspectos para entender a conjuntura agrária nas sociedades rurais do século XIX. O estudo proposto abrange as interseções entre a propriedade da terra e as relações de trabalho e produção, investigando os conflitos e representações que se originam desse encontro. O mote do trabalho é compreender como as práticas de organização familiar, no que tange a sua reprodução social e biológica e aos constrangimentos diversos que envolviam a exploração do solo, incidiram na conformação do espaço rural e influenciaram na maneira como essa região reagiu às transformações sociais e às crises por ela experimentadas. A intenção é apresentar um estudo de caso que se refere ao distrito de Lagoa Dourada, termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes área voltada para a prática de atividades agropastoris. Considerando a posição central ocupada pela propriedade fundiária e pelas relações familiares e de trabalho, a análise das suas unidades rurais servirá ao propósito de tentar compreender a estrutura produtiva da região no século XIX à luz das teorias construídas sobre esse universo.

Palavras-chave: economia doméstica, trabalho, agricultura, família

Abstract:

In the nineteenth century, the survival and enrichment in agrarian areas were determined, respectively, by the access to land ownership, by the formation of a family base and by the aid of compulsory labor. Know how to works the family enterprises and agrarian systems in the region through the conflicts and crises involving labor and land ownership becomes essential to understand the agrarian conjuncture in rural societies that period. The proposed study covers the intersections between land ownership and labor relations and production, investigating conflicts and representations that originate this meeting. This paper analyzes how the practices of family organization, with respect to their biological and social reproduction and the various constraints involving the exploitation of the soil, incurred on the conformation of rural areas and in how the region reacted to social changes and crises experienced. The intention is to present a case study

which refers to the district of Lagoa Dourada, part of the Vila de São José and Comarca do Rio das Mortes, area related to the practice of agropastoral activities. Considering the central position occupied by landed property and the family relationships and of work, analyze their rural units will serve the purpose of trying to understand the productive structure of the region in the nineteenth century illuminated by the theories built on this universe.

Keywords: home economics, labor, agriculture, family

Introdução

No oitocentos, a sobrevivência e o enriquecimento nas zonas agrárias eram determinados, respectivamente, pelo acesso à terra, pela constituição de uma base familiar e pelo auxílio do trabalho compulsório. Nesse sentido, conhecer o funcionamento dos empreendimentos familiares e dos sistemas agrários na região a partir dos conflitos e crises que envolviam o trabalho e a terra, é um dos principais aspectos para entender a conjuntura agrária nas sociedades rurais do século XIX.

A região observada na análise se refere a uma área de economia para o abastecimento, caracterizada pela utilização do trabalho compulsório e familiar. A exploração fundiária consistia no predomínio das pequenas unidades rurais com número reduzido de escravos ou apenas contando com o trabalho familiar.

Essa investigação se realiza com o suporte metodológico da Micro-história, em seu diálogo frequente com as teorias da demografia histórica, da história social e da antropologia histórica. A utilização da metodologia da micro-história nos permite compreender a pluralidade das experiências dos indivíduos em suas interações sociais. O estudo do acontecimento micro revela a complexidade dessas relações, visto que a redução da escala proporciona perceber as estratégias e incertezas dos atores guiadas por regras sociais e refletem como as decisões em nível ampliado foram recebidas em níveis circunscritos¹. Sobre a abordagem no âmbito da Micro-história Jacques Revel afirma que o recurso à microanálise “permitiu romper com os hábitos adquiridos e tornou possível uma revisão crítica dos instrumentos e procedimentos da análise sócio-histórica”².

A importância que o setor agrícola assumiu em Minas desde os primórdios de sua ocupação nos leva a questionar como se deu a organização do seu espaço agrário em sua interação com o trabalho familiar e compulsório, bem como qual o significado da propriedade fundiária nessa sociedade. A terra, nesse quadro, é pensada como espaço simbólico em que se desenrolam as experiências sociais e culturais dos homens, como forma de expressão de suas crenças, representações, conflitos e preservação da própria existência. Nesse sentido, o estudo abrange as

¹ REVEL, Jacques. (org). Jogos de escalas. Rio de Janeiro:FGV, 1998. LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-historia”. in BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, ed. da UNESP, 1992. pp.133-161.

² REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p.20.

interseções entre a propriedade da terra e as relações de trabalho e produção, investigando os conflitos e representações que se originam desse encontro.

Espaços econômicos e a estrutura fundiária

A existência do elevado número de pequenas explorações em Minas viabilizou o surgimento de uma agricultura baseada no trabalho familiar. E, segundo Martins³, os pequenos roceiros combinavam frequentemente a mão de obra cativa com a familiar. Graça Filho salienta que: “A consolidação da economia de abastecimento em Minas na virada do século XVIII e a ligação mercantil da Comarca de São João como retaguarda da cafeicultura fluminense devem ter facilitado o acesso dos pequenos produtores à compra de escravos⁴”. De acordo com Martins, no século XIX, o plantel mineiro era o maior se comparado com o das outras províncias brasileiras. Contudo, na vigência do império, a população livre, pobre e sem escravos, predominava⁵. Eram muitas as unidades produtivas em Minas em que a força de trabalho escrava era empregada como complemento ao trabalho familiar.

Esse artigo apresenta um estudo de caso do distrito de Lagoa Dourada, termo da Vila de São José del Rei, Minas, Comarca do Rio das Mortes. Sua localização privilegiada no Sul de Minas favorecia o desenvolvimento das atividades de agricultura e pecuária, embora uma incipiente mineração tenha sido praticada nos primórdios de sua ocupação.

O distrito de Lagoa Dourada, no ano de 1831, de acordo com o censo de São José del Rei, possuía uma população de 1209 livres e 960 escravos, totalizando a soma de 2169 habitantes distribuídos em 309 fogos. Os cativos representavam quase a metade da população do distrito nesse período. A população total compunha-se de 44% de mancipios e de 56% de pessoas livres.

Esse fato indica a absorção da mão de obra livre pela agricultura doméstica⁶. Em Lagoa Dourada, aproximadamente 186 fogos, correspondendo a 60,19% das unidades, não contavam com mão de obra escrava segundo o censo de 1831. E 8,74% (27) fogos contavam com posse com 10 a 30 escravos, caracterizando-se como unidades produtivas médias⁷. Conclui-se, portanto, que se

³ MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas no século XIX*. Belo Horizonte. UFMG, 1982.

⁴ GRAÇA FILHO, 2009. *Op. Cit.*

⁵ MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez” in SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *Historia econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP/ABPHE, 1996. P.108.

⁶GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.

⁷SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; p.72. Slenes classifica como unidades produtivas médias ou grandes respectivamente, fogos com 10 a 49 ou 50 ou mais cativos. Na região da Comarca do Rio das Mortes os plantéis possuíam dimensões menores. Com base nessa diferenciação, para a região estudada, seria mais adequado considerar como unidade produtiva média aquelas com contingente de 10 a 30 escravos. GRAÇA FILHO (2000 e 2002) *Op. Cit.* afirma que analisando 103 inventários dos maiores fazendeiros são-joanenses no período de 1831-1885, a média de escravos por fazenda foi de 36 cativos, 54 deles detinham plantéis de 30 ou mais escravos. O autor declara que o tamanho médio da escravaria dos agricultores do município de São João Del Rei - com uma média de 8,9 cativos, maior de toda a província - demonstra a importância dessa economia no panorama demográfico mineiro descrito por Libby, com uma média equivalente 7,0 escravos para toda a província.

somando as propriedades sem escravos e as com menos de 10 escravos havia no total 275 propriedades, equivalentes a 89% das unidades. Ou seja, o distrito era composto majoritariamente por pequenas unidades produtivas.

Quadro 1: Número de escravos para cada fogo			
Escravos por fogo	Escravos	%	Número absoluto
Sem escravos		60,19%	186
1 a 5		23,3%	72
6 a 9		5,5%	17
10 a 30		8,74%	27
Acima de 30		2,27%	7
Total		100%	309

Fonte: Lista Nominativa – Distrito de Lagoa Dourada – 1831 [disponibilizado por CEDEPLAR-UFMG]

O padrão dos plantéis lagoenses converge com os dados gerais auferidos por Graça Filho⁸ em um estudo de maior envergadura que demonstra o predomínio da prática da agricultura familiar em São José, com diminuto auxílio de mão de obra compulsória na produção destinada ao consumo interno e, provavelmente, na permuta do excedente. O autor⁹ aponta para a existência significativa de seres idosos ou menores. A maioria dos pequenos produtores de São José não contava com a ajuda de escravos e a parcela que tinha acesso a esse “instrumento” de produção os possuía fora da faixa etária produtiva.

Tal fato influenciou bastante na produção das unidades caracterizadas como de produção camponesa, uma vez que talvez uma propriedade em que todos os componentes fossem adultos pudesse produzir mais do que as unidades com escravos fora da idade produtiva. Sobre os cativos fora da faixa etária mais ativa, Frago & Rios afirmam que “pelas próprias condições de vida que enfrentavam, tinham sua capacidade de produção bastante restritas, significando a sua propriedade, por vezes, mais despesas na sua manutenção do que lucro por seu trabalho”¹⁰.

Nas escravarias lagoenses, nos anos de 1831-1837, observa-se o aumento da população nativa em relação à população africana, processo que Libby¹¹ caracteriza como ‘crioulização’.¹² Os cativos nativos suplantaram em número os africanos. Enquanto 79,5% dos cativos eram crioulos – designação imputada aos escravos nascidos no país - uma parcela de 16% era de cativos africanos. No período posterior (1841-50), nota-se uma leve redução na porcentagem de nativos, que passam a corresponder a 60% da população mancipia, enquanto o número de africanos se eleva para 40%. Esse resultado indica a coexistência de ambos os processos – reprodução endógena de escravos e

⁸ *Ibidem* 2009.

⁹ *Ibidem*, 2009.

¹⁰ FRAGOSO, João Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. Um empresário brasileiro nos oitocentos. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.P.204.

¹¹ LIBBY, D. C.. 2007. O autor adverte que o processo de ‘crioulização’ obedecia a diferentes ritmos de acordo com a região e o período.

¹² Lembrando que 4,5% dos cativos no referido período não foram identificados com relação à origem.

importação – na constituição dos plantéis da região, ainda que a importação massiva tenha prevalecido para a província como um todo.

Mais da metade desse plantel (60%), na periodização de 1841 a 1850, estava comprometida, seja por estar fora da idade produtiva¹³ ou por serem incapazes (crianças, idosos e doentes ou deficientes). Nesse momento, percebemos que a parcela de africanos improdutivos é menor que de nativos. 67,3% dos africanos são produtivos, já os nativos produtivos são uma parcela de 52,5%. Graça Filho¹⁴, em seus estudos, revela que na primeira metade do século XIX os cativos africanos em faixa etária ativa excederam os mancípios nativos. Fragoso & Rios argumentam que ao longo do tempo,

velhos e crianças começam a ter um peso relativo cada vez maior, e os nascimentos indiscriminados de meninos e meninas diminui proporcionalmente o peso dos homens. Já que a produtividade da unidade como um todo é em função, principalmente, de o número de escravos produtivos ser maior do que o de improdutivos (que devem ser sustentados pelos primeiros), os fazendeiros procuravam sempre, por via compra, aumentar a proporção de escravos jovens e aptos¹⁵.

Fica evidenciado, que ao longo dos anos de 1841-1850, o plantel lagoense é majoritariamente composto por homens, 69% da posse arrolada nos inventários é composta por seres do sexo masculino e apenas 31% são mulheres. Libby observa o número superior de escravos do sexo masculino em Furquim, um distrito também voltado para a produção agrícola de abastecimento. Segundo o autor, “o desequilíbrio entre sexos denunciava a importância do tráfico negreiro na manutenção do plantel local¹⁶”.

Nessa sociedade onde a família exercia uma função estrutural nas unidades de produção, o número de filhos adultos, talvez até mais do que de escravos, influenciava no resultado final da produção. Nessa perspectiva, os casamentos podiam ser considerados estratégias para agregar mão de obra, ou para ampliar a propriedade e o poder das famílias. Faria¹⁷ aponta o dote como uma prática central dos arranjos matrimoniais. Segundo a autora, a dotação das mulheres era “provavelmente por interesses das famílias em incorporar homens adultos” ao núcleo familiar. Faria, nesse mesmo artigo, afirma que a composição dos dotes sofreu alterações ao longo dos séculos, e, se no século XVII as dotações constavam majoritariamente de escravos e terras, no século XIX isso não era mais usual.

A produção

No distrito de Lagoa Dourada, a presença preponderante de áreas de matas virgens e capoeiras (88,9%) e campos de cultura (77,8%) indicam a vocação para o desenvolvimento de lavouras. A grande porcentagem de áreas de capoeira nos indica que a agricultura praticada na

¹³ GRAÇA FILHO, A. A.. 2009. O autor estabelece a idade produtiva do escravo entre 16 e 45 anos.

¹⁴ GRAÇA FILHO, A. A.. 2009

¹⁵ FRAGOSO, João Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. *Op. Cit.* 1995.P.204.

¹⁶ LIBBY, Douglas. 2007, v. 1, p.423.

¹⁷ FARIA, S. C.. 1995. p. 82

região era baseada no sistema de pousios. Ao estudar a pequena unidade produtiva, Erthal afirma que “o proprietário de terras pouco ou nada investia em termos técnicos na lavoura, contando apenas com os instrumentos agrícolas mínimos necessários à realização da produção”. O autor acrescenta que, como “na plantagem, não se investiam em técnicas agrícolas elaboradas, utilizavam-se de métodos agrícolas incipientes, e em função da existência de escravos, contavam-se basicamente com as potencialidades naturais (solo, clima, mata, mananciais hídricos)”¹⁸. A análise da documentação permite também inferir que as propriedades rurais arroladas eram amplamente cortadas por córregos e nascentes sendo o terreno bem próprio à lide agrícola. Segundo Lenharo: “Caio Prado Jr. ressalta as condições naturais favoráveis do Sul mineiro, uma região abundante de águas, com Rios perenes pluviosidade bem distribuída e forragem privilegiada, mesmo nas áreas mais altas”¹⁹, assertiva verdadeira para o distrito analisado.

Considerando-se a ausência de técnicas mais avançadas no cultivo que causavam dentre outros problemas o esgotamento do solo, as unidades além dos campos de culturas possuíam as áreas de capoeira²⁰ - passando por um período de pousio até recuperar sua fertilidade e voltar a ser área de lavouras - e as áreas de mata virgem que além de poder ser convertida em área de cultivo, serviam como reserva para aquisição de madeira.

Das propriedades relacionadas entre os anos de 1842 e 1855, 88,9% apresentavam benfeitorias. Entre as benfeitorias apareceram casas de vivenda, paiol, moinho, açude, engenho, senzalas, currais, monjolo. A existência de benfeitorias valorizava a propriedade, tendo em vista que através delas se poderia potencializar a produção. Segundo Guimarães²¹, a “presença dessas benfeitorias em uma determinada propriedade permite a identificação de sua capacidade produtiva”.

De acordo com o censo de 1831, havia no distrito 82 fogos ligados diretamente à prática da agricultura. Desses domicílios, 36,25% possuíam de 1-5 escravos; 12,5% possuíam de 6-9 escravos; 23,75% possuíam de 10-30 escravos; 5% possuíam mais de 30 escravos e 21,5% não contavam com o auxílio de mão de obra cativa. Mais da metade (70,5%) dos fogos declarados como agrícolas eram de pequenos produtores.

A existência de teares, verificadas nos inventários aliada à grande parcela de fogos que se dedicava às atividades de fiar e tecer – ainda que na maioria das vezes essas atividades fossem conjugadas a outras – é um indício da produção de panos. Quanto à produção têxtil, Martins afirma

¹⁸ ERTHAL, Rui. 2000. *Op. Cit.* p. 70.

¹⁹ Lenharo. A. 1979 p.74

²⁰ GUIMARÃES, Elione. Capoeira. In: MOTTA, Márcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.p. 59. “Capoeiras: terras que já haviam sido utilizadas para a plantação e que eram convertidas em vegetação secundária, passando por um período de pousio após o qual seria aproveitada para lavoura”

²¹ GUIMARÃES, Elione. Benfeitorias. In: MOTTA, Márcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.p. 58

que em Minas o “mercado interno continuou sustentando uma produção de panos de algodão bastante grande”²².

Libby, em estudo que fez sobre a produção têxtil em Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, também demonstra que muitas vezes os pequenos proprietários de escravos trabalhavam na produção, e as mulheres realizavam tais atividades para complementar o orçamento familiar²³.

Todos os inventários de 1831-37 apresentaram intensa diversificação na produção. Todos os domicílios arrolados possuíam instrumentos de produção agrícola (enxadas, machados, carro de bois). Todos possuíam gado vacum e 75% cavalari. 50% apresentavam teares e rodas de fiar, 50% apresentavam bens móveis ligados à profissão de ferreiro e 25% material de carpintaria. Quanto à produção agrícola, nesse período encontramos menção à roças de milho, feijão, cana, mandioca e arroz e à produção de: açúcar, aguardente, rapadura. Todos os inventariados tinham a posse direta da terra sendo que 50% possuíam terras por via de compra e a outra metade não há especificação, acreditamos que deva ser herança por ser o meio mais comum de aquisição. Não há menção a arrendamentos nem agregação. A pecuária parecia mais expressiva, de acordo com o material analisado.

No período posterior, que vai de 1841 a 1850, temos quantidade maior de inventários. Dentre os bens ligados à produção arrolados, é marcante a mescla entre instrumentos relacionados à lide agrícola e outros ligados aos ofícios de ferreiro, carpinteiro, manufatura de têxteis, produção de aguardente, farinhas e queijos. A produção agrícola registrada na época constava de plantações de amendoim, milho, feijão, cana de açúcar e do fabrico de aguardente, panos e queijos. Também nesse período, a pecuária se mostra mais expressiva no distrito. Segundo os estudos de Lenharo²⁴, as regiões ligadas à pecuária eram as mais bem sucedidas, considerando-se que a comercialização dos produtos de origem animal era mais vultosa e lucrativa em Minas.

Graça Filho²⁵, utilizando os registros de terra de São João del Rei, aponta que nessa região a propriedade era adquirida fundamentalmente através da aquisição por herança (familiar), que predominava; da compra e da exploração por sociedade. Nesse mesmo trabalho o autor afirma que a exploração familiar era uma prática recorrente em São João del-Rei, manter as terras em comum era uma estratégia para não esfacelar a propriedade. Em outro momento demonstra que a divisão da propriedade entre um número expressivo de herdeiros “poderia levar o pequeno produtor a se converter em prestador de serviços”²⁶.

²² MARTINS, Roberto Borges. 1996. *Op. Cit.* p. 107.

²³ LIBBY, Douglas Cole. “Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais”. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.27, nº1, jan.-abril 1997, p.97-125

²⁴ LENHARO, A. 1979. *Op. Cit.*

²⁵ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.

²⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. 2009 *op. Cit.* p.12

A exploração familiar das unidades produtivas é um fato bastante recorrente, 88,9% das propriedades mantiveram alguns sócios familiares mesmo após a requisição da divisão formal das terras. O número total das propriedades arroladas apresentou a demarcação das terras dos órfãos conjuntamente, excetuando-se um documento que está incompleto e só menciona a existência de benfeitorias.

A exploração das propriedades em Lagoa Dourada, de acordo com a documentação pesquisada, era essencialmente familiar. Essa conclusão pode ser alcançada a partir de constatações tais como a vasta ocorrência de solicitações judiciais após a venda de partes da propriedade e também em razão de ser a herança uma das principais formas de aquisição de propriedade.

Do geral ao particular

Nesse tópico, a proposta é mostrar através da investigação de uma unidade em particular, aspectos fundamentais sobre a estrutura fundiária em sua dimensão econômica, familiar e produtiva. Exploramos casos específicos na busca por uma melhor compreensão das diferenciações regionais.

- Antônio Gonçalves de Miranda

Em 1809, a Fazenda do Cortume contava com 278 alqueires de extensão, avaliados em 900\$000 réis. A produção mencionada no inventário remete a 14 carros de milho e 12 alqueires de feijão. Quanto à criação de animais, essa unidade apresenta um rebanho razoável de ovelhas e uma grande quantidade de gado vacum. Como era típico nas unidades produtivas mineiras, as atividades eram consorciadas. A existência de teares, junto a vários bens móveis ligados a lide agrícola, pode significar a produção de panos aliada à prática da agricultura e da pecuária. Martins²⁷ aponta a diversidade na produção mineira combinando à mineração “agricultura de exportação de diferentes produtos, a agricultura e pecuárias comerciais voltadas para os mercados nacional e provincial, a produção de subsistência, algumas manufaturas (em especial o fabrico de ferro e têxteis de algodão), o comércio, os transportes e outros serviços”.

A propriedade contava com um plantel de 15 cativos. Dois destes (de menor valor) foram cedidos como pagamento de dívidas do falecido Bento Gonçalves.

Analisando o Quadro 2, que arrola os escravos por idade e preço, é possível notar que, excetuando-se aqueles cuja idade não foi mencionada²⁸, 40% desse grupo estão fora de idade produtiva. Como alhures mencionado, os estudos de Graça Filho²⁹ demonstram que a presença de escravos menores ou idosos era significativa nos plantéis sanjoseenses.

²⁷ MARTINS, Roberto Borges. 1996. *Op. Cit.* p. 118.

²⁸ Apesar de a idade desses cativos não ter sido mencionada, podemos cogitar a possibilidade de considerá-las fora de idade produtiva devido a seu baixo valor 35\$000 e 87\$000, os valores estão relacionados com a capacidade produtiva.

²⁹ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 2009, Rio de Janeiro. O autor demonstra que entre os anos de 1756 e 1848, 36,2% dos escravos de São José eram crianças ou idosos.

Quadro 2: Relação de escravos por origem, idade e valor			
Escravo	Origem	Idade anos	Valor
Delfina	Crioula	-	35\$000
José	Crioulo	12 meses	40\$000
Joana	Crioula	3	50\$000
Florinda	Parda	5	60\$000
Luiza	Crioula	5	60\$000
Quintino	crioulo	-	87\$602
Izabel	Crioula	35	110\$000
Miguel	Nação Benguella	30	110\$000
Severino	Crioulo	12	120\$000
Damião	Nação Congo	31	140\$000
Joaquina	Crioula	9	140\$000
Eva	Crioula	29	140\$000
Basília	Parda	19	140\$000
João	Crioulo	20	150\$000
Ventura	Africano	18	150\$000

Fonte: Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Formais de partilha do inventário de Bento Gonçalves de Carvalho in: Antônio Gonçalves de Miranda cx 17, 1853.

Nessa unidade prevalecia a prática da agricultura familiar, com diminuto auxílio de mão de obra compulsória.

A fazenda possuía 278 alqueires distribuídos em 46 alqueires de capões e mata virgem e 232 alqueires de campos. A propriedade era cortada por vários córregos e nascentes. Possuía benfeitorias, entre as quais constaram as casas de vivenda, paiol e moinho. A partilha demonstra que todos os herdeiros possuíam casas na propriedade, porém, não há menção se as demais benfeitorias foram divididas ou continuaram a ser exploradas em sociedade.

Considerações Sobre a Produção e o Trabalho

A argumentação construída a partir dos dados fornecidos pela documentação evidencia a importância das atividades agropecuárias, voltadas para o abastecimento do mercado interno, e a consequente importância que a terra adquire nas sociedades tipicamente rurais estabelecidas na região de Minas, sobretudo no sul, onde a aptidão para tais atividades se mostra mais aguçada. Questão que só é vislumbrada pela historiografia brasileira a partir das mudanças de foco do debate histórico e com a adoção das metodologias da microanálise.

Concluimos que as unidades produtivas lagoenses inventariadas eram, em certa medida, autônomas, considerando a diversidade na produção e a posse efetiva da terra. Excetuando-se 24% dos inventariados que não transmitiam terra como patrimônio aos herdeiros, os outros 76%, eram os donos de suas propriedades. Ainda que em alguns inventários não seja registrada com clareza qual a origem das terras do inventariado, percebemos que a compra e a herança são os meios mais usuais de aquisição de parcelas do solo.

O trabalho familiar predomina ainda que em muitos casos aliado ao compulsório. A exploração familiar da propriedade mesmo após a partilha em inventário, mantida na quase

totalidade dos casos analisados, acena para a necessidade sentida pelas famílias lagoenses de conservar a integridade de suas unidades rurais com vistas a manter sua independência, para não ter que vender sua força de trabalho como jornaleiros.

Essas unidades produtivas eram, em certa medida, autônomas. Como podemos inferir a partir da análise das suas produções, sempre muito diversificadas. A manufatura de têxteis aponta para um potencial de comercialização no mercado local e a existência de benfeitorias ligadas ao beneficiamento da produção também convergem para a compreensão destes fogos como autossuficientes.

A falta de técnicas mais avançadas e o acesso a poucos escravos ou mesmo a ausência deles parecem influenciar no sucesso da unidade. Apesar de independentes, não pudemos comprovar a relação das unidades da amostra com o comércio mais amplo. Carlos Bacellar destaca que uma minoritária parcela da sociedade sorocabana construiu considerável patrimônio à custa do comércio de gado e fazendas secas. Mas à maioria, coube a exploração familiar da propriedade complementada, em alguns casos, pela mão de obra compulsória. A prosperidade do fogo dependia, fundamentalmente, do número de braços para explorá-la e de uma produção que excedesse ao autoconsumo para ser aproveitada no mercado, o reforço do orçamento doméstico era buscado ‘nas pequenas atividades de comércio miúdo e trocas’³⁰. Hebe Mattos também afirma que em Capivary a produção dos pequenos produtores era basicamente voltada para autoconsumo e para as trocas no mercado local³¹.

A posse de escravos assinalava um nível de prosperidade que parcela majoritária dos pequenos lavradores não atingia, e os seres aos quais tinham acesso muitas das vezes se encontravam fora da faixa etária produtiva ou com problemas de saúde³².

Referências Bibliográficas

BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Os Senhores da Terra - Família e Sistema Sucessório entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *et al. Escravidão e Abolição no Brasil. Novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar. 1988.

³⁰ BACELLAR, Carlos de A. Prado. *Os Senhores da Terra - Família e Sistema Sucessório entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. P.137.

³¹MATTOS, Hebe. *Ao sul da história...*1987.*Op. Cit.* p.89.

³²Bacellar. *Os Senhores da Terra* 1997. *Op. Cit.*: Mattos *Ao sul da história...*1987.*Op. Cit.* Mattos e Graça Filho afirmam que a mão de obra compulsória –muitas das vezes fora da faixa etária produtiva - em pequena quantidade era largamente difundida, no entanto, não chegava a ser acessível à maioria dos pequenos produtores.

- ERTHAL, Rui. “A Colonização portuguesa no Brasil e a Pequena Propriedade”. *Territórios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora Ltda, 2006, v., p. 249-282.
- FARIA, Sheila de Castro. “Fortuna e família em bananal no século XIX”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. pp. 64-97.
- FRAGOSO, João Ribeiro; RIOS, Ana Maria Lugão. “Um empresário brasileiro nos oitocentos”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.P.203.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. “Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora”. in: LINHARES, Maria Yedda *et. al.* *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Pp.131 – 172.
- FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GRAÇA FILHO, A. A.. “As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX”. In: *IX Seminário sobre a economia mineira, 2000, Diamantina. IX Seminário sobre a economia mineira*. UFMG/Cedeplar : Belo Horizonte, 2000. v. 1. p. 147-178.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002. 256 p.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do império brasileiro*. São Paulo: Atual, 2004.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850”. *Varia Historia*. vol.23 no.37 Belo Horizonte Jan./June 2007. p.184-207.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. “Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850”. In: *LASA's XXVIII International Congress, 2009, Rio de Janeiro*. Acessado em 2009. <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/GracaFilhoAfonsoAlencastro.pdf>
- GUIMARÃES, Elione Silva. MOTTA, Márcia Menendes (orgs). *Campos em disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume; Núcleo de Referência Agrária, 2007.
- HALFELD, H. G. F; TSCHUDI, J. J. Von. *A província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Editora Símbolo. 1979.
- LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-historia”. in BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, ed. da UNESP, 1992. pp.133-161.
- LIBBY, Douglas Cole. “Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.27, nº1, janeiro-abril 1997, p.97-125

LIBBY, D. C.. “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”. In: Maria Efigênia Lage; Luiz Carlos Villata. (Org.). *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, v. 1, p. 407-438.

LINHARES, Maria Yedda Leite. “Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)” - 132. *Tempo*. Nº. 2 Vol. 1 - Dez. 1996.

MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez” in SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *Historia econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP/ABPHE, 1996. pp.99-130.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe. *Ao Sul da História- Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

MOTTA, Márcia Menendes. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

REVEL, Jacques. (org). *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro:FGV, 1998.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750). *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003 pp. 276-312.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999